
**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO E AO SENHOR PRESIDENTE DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 04/2021

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 18.093.163/0001-21, com sede a ROD BR 376 km 188,5 s/n, Jd. Santa Isabel, Marialva – PR vem por intermédio de seu representante legal SR. Frank Sield Sidney Bellan, inscrito sob o RG Nº 9.551.829-0, CPF/MF nº 054.975.109-22, solicitar.

ESCLARECIMENTO/SUGESTÕES/IMPUGNAÇÃO

A presente municipalidade publicou o presente edital, onde foram solicitadas algumas exigências alusivas ao Termo de Referência, a qual gostaria de fazer alguns esclarecimentos/sugestões/impugnações, para que o município possa fazer cumprir todos os requisitos e princípios que regem o procedimento licitatório. Todos os esclarecimentos/sugestões visam ampliar a concorrência, a oferta de mais veículos e proporcionar uma melhor oferta ao Município:

ITEM 6.1.2 – LEI FERRARI

I– PEDE-SE: 6.1.2 – O produtor (fabricante) ou o concessionário (distribuidor) conforme a Lei Federal, nº 6.729/1979 (Lei Ferrari).

I – IMPUGNA/SUGERE-SE: para que seja retiradas/expurgadas a exigência descrita acima, haja vista que restringe a participação de apenas concessionárias e/ou montadoras, o que não pode ser aceito.

A presente impugnação/esclarecimentos/sugestões é totalmente pertinente, haja vista que restringe a participação de empresas transformadoras/adaptadoras e suas respectivas representantes, permitido apenas que montadoras e/ou distribuidoras/concessionárias possam participar do processo licitatório, conforme resta claro nos fundamentos mais abaixo exarados.

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

Assim, inicialmente, atentamos ao que prevê o artigo 3º., parágrafo primeiro e inciso I, da Lei de Licitações:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#).

É necessário enfatizar-se que o interesse público de obtenção da melhor proposta para a Administração, o princípio da livre concorrência, razoabilidade, da melhor oferta e o princípio da isonomia entre os participantes de licitação devem ser privilegiados em detrimento de formalismos excessivos, tais como considerar e restringir a licitação apenas a montadora e respectivas concessionárias.

A exigência impugnada, restringe a participação de apenas empresas concessionárias e montadoras, o que **não pode ser aceito**, pois as **empresas transformadoras/adaptadoras e suas representantes estão habilitadas e comercializam veículos ambulância novos/zero km, cujo primeiro emplacamento/registro/licenciamento será efetuado diretamente em nome do município adquirente junto ao Detran, sendo que atendem aos princípios da economicidade proporcionando uma melhor oferta ao Município licitante.**

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

A empresa requerente bem como as demais empresas transformadoras não podem aceitar as exigências contidas no Edital, haja vista que nem mesmo a **Lei Federal n.º 6.729/1979** e, nem a **Deliberação do CONTRAN n.º 64, de 30 de maio de 2008**, são aplicáveis às empresas **transformadoras/adaptadoras de ambulâncias**, já que estas últimas são as empresas que realizam a transformação dos carros em veículos ambulância.

As empresas **fabricantes/transformadoras de veículos ambulâncias**, diga-se de passagem, veículos transformados, **atendem e devem atender as exigências contidas no Código Nacional de Trânsito (artigos 120 e 122), bem como as Portarias 190/09, 160/17, ambas do DENATRAN, as resoluções 291 e 292, do CONTRAN e a Portaria 142, do Inmetro (documentos em anexo)**, de tal forma que as exigências contidas no Edital devem ser expurgadas, pois, nos parece caracterizar, acerca da condição da licitante, a configuração de restrição ao caráter competitivo do certame, inclusive, caracterizando reserva de mercado.

Cabe reiterar/esclarecer que a **empresa requerente, bem como as demais empresas transformadoras de veículos**, são as empresas que realizam a **transformação dos veículos em ambulância**, ou seja, não são as montadoras que realizam a confecção dos veículos em ambulância, sendo que a exigência caracteriza reserva de mercado o que é proibido;

A doutrina também realiza comentários ao dispositivo Constitucional, conforme ensina o professor José Afonso da Silva. Eis:

“... a livre concorrência está configurada no art. 170. IV como um dos princípios da ordem econômica. Ela é uma manifestação da liberdade de iniciativa e, para garanti-la, a Constituição estatui que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros (art.173, §4º). Os dois dispositivos se complementam no mesmo objeto. Visam tutelar o sistema de mercado e, especialmente proteger a livre concorrência, contra a tendência açambarcadora da concentração capitalista. A Constituição reconhece a existência do poder econômico. Este não é, pois,

condenado pelo regime constitucional. Não raro este poder econômico é exercido de maneira anti-social. Cabe, então, ao Estado intervir e coibir o abuso”. (Curso de Direito Constitucional Positivo – Malheiros Editores – 29a edição – pg. 795).

Cabe esclarecer, ainda, que os veículos transformados em ambulância tem mantida a assistência técnica e a garantia de fábrica, sendo que as mesmas não são perdidas, em razão do objeto não ter sido comercializado por Concessionários ou Fabricantes, sendo que o primeiro emplacamento/registro/licenciamento será efetuado diretamente ao município adquirente.

Assim, não resta dúvida que uma licitação deve ser regida pelo princípio da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, devendo ser observado o princípio constitucional da isonomia, da livre concorrência, do melhor preço, da economicidade e da razoabilidade, a fim de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. De outra forma, estariam criando uma reserva de mercado restrita as concessionárias, subvertendo o princípio constitucional da ampla concorrência, que é a base legal para a Administração Pública em todas as formas de licitação.

A Constituição Federal estabelece no artigo 37 que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, conforme redação dada pela E Emenda Constitucional nº. 19, de 1998. Eis:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso).

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

Semelhante/análogo ao caso presente é importante o esclarecimento/clareamento que traz o Acórdão AC nº. 00154/2017, que faz menção ao pedido de Impugnação nº 01 – PE nº 21/2014, respondido pela Controladoria Geral da União (CGU), onde aduz que, caso o entendimento de que apenas concessionárias podem vender veículo novo para a Administração venha a ser mantido, tem-se que: ***“[...] cria-se um mercado à margem da legislação, onde apenas fabricantes e concessionários poderiam comercializar veículos com órgãos públicos, vindo em total desacordo com os princípios basilares do procedimento licitatório, como a livre concorrência (competitividade), a probidade administrativa, a igualdade, e a legalidade.*”**

O Acórdão ACNº 03033/2017–TCMGO – PLENO Processo nº.: 16750/16, Município de Santa Rita do Araguaia, trata-se do mesmo assunto, onde o julgado é no sentido de que ***“o fato de o licitante não ser revendedor autorizado não o impossibilitaria de ofertar veículo novo/zero Km. De outra sorte, foram juntados aos autos documentos comprovando a titularidade do veículo em nome do Município. No caso privilegiou-se a livre concorrência e a busca da proposta mais vantajosa, inexistindo previsão legal de exclusividade de comercialização de veículo zero km pelas concessionárias autorizadas de marcas. Importante informar que a Belcar Veículos Ltda. efetuou denúncia com o mesmo conteúdo, em processo semelhante, tendo este Tribunal decidido pela ausência de vício no certame e pela improcedência da denúncia (Processo nº 11222/16, Município de Gameleira de Goiás -Acórdão nº 00154/17) cópia anexada aos autos às fls. 120/134”.***

E, ainda, tem-se. Eis:

Segundo decisão do TJDFT²,

[...] o fato de o veículo ter sido transferido para a ré para posterior revenda ao consumidor final não basta para descaracterizar o bem como novo. A rigor, para ser 0 km, não é necessário que o veículo seja transferido diretamente do nome do fabricante ou de uma revenda concessionária para o consumidor. A mera transferência formal de domínio do bem para intermediários, por si só, não torna o bem materialmente novo em usado. O que deve prevalecer nesse aspecto é o estado de conservação do bem, e não o número de proprietários constantes de sua cadeia dominial.

Não obstante a tudo que foi dito, coleciona-se, ainda, a consulta/pedido de esclarecimentos e interpretação da legislação de trânsito, a Nota Técnica sob nº. 812/2017/CGIJF/DENATRAN/SE-MCIDADES (Denatran), referente ao processo

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

80000.008702/2017-27, inaugurados pela requerente Bellan Transformações Veiculares Ltda, acerca da classificação final que deve ser atribuída aos veículos que sofrem modificação/transformação e posteriormente são vendidos, onde os veículos objeto de transformação são veículos novos/zero quilômetro, de tal forma, reitera-se, que o primeiro emplacamento e registro junto ao DETRAN ocorrerá em nome da municipalidade.

A área técnica do órgão solicitado concluiu que: **“entendemos que ao se tratar de transformação ou modificação em veículos *zero quilômetro*, não há que se falar em perda da condição de “*veículo novo*”, para fins de revenda ao consumidor final, haja vista que trata-se de um processo de industrialização do qual a transformação/modificação faz parte, nos termos da legislação tributária. Conclui, ainda, estar em consonância com o artigo 2º, da resolução 291/2008, do Contran e com as demais resoluções de trânsito e ao CTB e, de forma resumida, acarretam em obrigatoriedade de uma nova homologação do veículo, obtendo novo código de marca/modelo/versão específico, sendo necessário a expedição de CCT (Inmetro) e CAT, a fim de registro e licenciamento do veículo novo junto ao Detran, atendendo integralmente as exigências contidas na Portaria 190/09, do Denatran.”**

Some-se, a tudo que foi exposto anteriormente, o Parecer sob nº. 00574/2017/CONJUR-MCID/CGU/AGU, também solicitado pela empresa requerente que, ao seu final teve como resposta, resumidamente, **que os veículos novos zero quilometro transformados e em atendimento as normas e questionamentos objeto do parecer não determinam, em relação aos veículos zero quilômetros regularmente modificados e não comercializados, a perda da condição de veículos novos, corroborando com o Denatran, exarado na Nota Técnica já mencionada anteriormente nº. 812/2017.**

As exigências do Edital, ora impugnada, afronta as normas que regem o procedimento licitatório, já que restringem a participação apenas de concessionárias e montadoras/fabricantes.

As ambulâncias são veículos transformados por empresas transformadoras que, diga-se de passagem, adquirem um veículo novo (zero km) e realiza a transformação totalmente legalizada e regularizada pelo DENATRAM e pelo INMETRO,

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

tanto que cada veículo novo transformado está fundamentado em um projeto cuja regularidade, segurança e autorização estão fundamentadas através dos respectivos CAT e CCT, sendo que deve ser respeitado a portaria 190/2009, do DENATRAN. Inclusive, os veículos adquirem um novo Renavan, tratando-se de veículo novo/zero km, cujo primeiro emplacamento/registro/licenciamento será efetuado diretamente em nome do município adquirente.

Explico, ainda, que o órgão competente que confere, autoriza, certifica, tornando o veículo ambulância apto, não são montadoras e, sim, o INMETRO e o DENATRAN, conforme CAT e CCT. Inclusive, a empresa requerente tem cadastro junto ao SIGEN, deixando evidente que a mesma é transformadora e adequada às exigências para transformação e comercialização de veículos ambulância.

E, ainda:

A Lei 6.729/79, nos moldes exigidos no Edital, como já dito, não se aplica ao caso visto que vincule apenas as concessionárias e montadoras, e não a Administração Pública nas contratações para aquisição de veículos. Como bem ressaltado pela litisconsorte necessária. **“A Lei não criou nas licitações uma classe especial de empresas concessionárias, para ela todas as empresas são iguais, respeitadas suas particularidades definidas pelo próprio ordenamento jurídico”.** **CYNTHIA TOMÉ Juíza de Direito (6ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Processo 0012538-05.2010.8.26.0053 (053.10.012538-0) – Mandado de Segurança.”**

E, ainda, não obstante, o Município de Valência, Estado de Minas Gerais, deixa claro da possibilidade de Adjudicação para Licitante que não atenda a Lei Ferrari n.º 6.729/79 (Lei Ferrari), conforme o acórdão de Relação 1009/2019 – Plenário do TCU, que, não conheceu e determinou o arquivamento de representação formulada pela empresa Fiori Veículo S/A, em face de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Presencial realizado por município, em que se discutia, dentre outros pontos, a possibilidade de sagrar-se vencedora uma empresa não enquadrada nos termos da Lei Ferrari, sendo que o Município conclui, na sua observação, item 4.5, do

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

Anexo I, resumidamente, que o Tribunal de Contas da União não considera irregular a não previsão, nos Editais de licitação, da denominada Lei Ferrari, até porque ela regulamenta a relação entre fabricante e revendedoras e, incluir exigências no Edital acerca da condição da licitante pode configurar restrição ao caráter competitivo do certame (Edital PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2020, Prefeitura de Valência, Estado de Minas Gerais).

Tal entendimento foi extraído conforme **Acórdão de Relação 1009/2019 – Plenário do TCU**, que, não conheceu e determinou o arquivamento de representação formulada pela empresa Fiori Veículo S/A em face de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Presencial realizado por município, em que se discutia, dentre outros pontos, a possibilidade de sagrar-se vencedora uma empresa não enquadrada nos termos da Lei Ferrari.

Os **veículos ambulâncias** ofertados por empresas transformadoras/adaptadoras são veículos **novos/zero km, possuidores do CAT e CCT**, atendendo toda a Legislação, possuindo **Código de marca/modelo/ versão específico**, sendo que o veículo exigido é do tipo **ambulância, novo, zero quilômetro**, de tal forma que o mesmo não será emplacado em nome da transformadora/adaptadora ou de terceiro.

A **Deliberação do CONTRAN n.º 64, de 30 de maio de 2008, disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e 231-X, do Código de Trânsito Brasileiro. Referendada pela Resolução 290/08, sendo que a legislação aplicável aos veículos transformados ambulância é outra. Os veículos transformados ambulância, como dito, devem atender a Lei 9.503/97, artigo 103, 120 e 122 (Código Nacional de Trânsito), bem como as Portarias 190/09, 160/17, ambas do DENATRAN, as resoluções 291 e 292, do CONTRAN e a Portaria 142, do Inmetro.**

O primeiro emplacamento será em nome do Município Licitante, de tal forma não estão inclusas em práticas de revenda de veículos, tratando-se de veículos novos/zero quilômetro, sendo as exigências contidas no edital, restringem, sim, a participação de empresas transformadoras/adaptadoras, sendo impertinentes, devendo serem expurgadas do Edital, pois ao contrário, as restrições, inclusive, terminam por ferir o princípios da economicidade, da livre concorrência, da isonomia, da razoabilidade, bem como de uma melhor oferta/proposta ao município licitante.

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

O veículo transformado ambulância mantém a garantia de fábrica, sendo que vai ser licenciado, registrado e primeiro emplacamento realizado diretamente ao Município, sendo que a legislação pertinente e aplicável aos veículos transformados ambulância são a Lei 9.503/97 (CTB), artigos 103, 120 e 122, as Resoluções CONTRAN 291 e 292 e, ainda, a Portaria 190/09 do Denatran , não sendo aplicáveis a Lei Federal nº 6.729/79 e nem a Deliberação do CONTRAN 64/2008, conforme foi exigido no Edital.

A exigência, conforme já explicado, não é aplicável ao objeto licitado (ambulância), sendo equivocada, já que restringe a participação de outras empresas aptas, haja vista que as empresas transformadoras/adaptadoras ofertam **produtos novos/zero Km e que serão entregues, sendo que o primeiro emplacamento, registro e licenciamento serão efetuados diretamente em nome do município e, ainda, tendo a garantia do veículo mantida pela fábrica e a garantia da transformação mantida pela empresa transformadora. Inclusive, reitera-se que consta, no contrato social da requerente, a comercialização de ambulâncias e veículos novos, bem como no Cartão CNPJ que a mesma comercializa veículos novos.**

Não há na Lei **6.729/79 (Lei Ferrari)** qualquer dispositivo que autorize, nas licitações, a delimitação do universo de eventuais fornecedores às concessionárias de veículos. E, ainda, que houvesse, certamente não teria sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988, de tal forma que a exigência impugnada, restringe a participação de apenas concessionárias e montadoras, com desprezo às outras empresas comerciais, seja indústria de transformação e/ou seus representantes que comercializam os mesmos produtos e de forma idônea, sendo a exigência contida no Edital é uma medida que **não se harmoniza com o princípio da isonomia, da economicidade, da melhor oferta, da razoabilidade, da livre concorrência e as diretrizes do inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, além de também contrariar o comando do artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).**

Caso a presente administração pública municipal venha manter as exigências impugnadas, a mesma estará a restringir a participação apenas de concessionárias e montadoras de veículos e, conseqüentemente, indo totalmente contrário ao que prevê a carta constitucional “Constituição Federal de 1988”, e a lei 8.666/93 (Lei de licitações).

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

Resta demonstrado o “*fumus boni iuris*”, conforme a tudo que já foi argumentado e exposto anteriormente, restando claro a necessidade de alteração do edital, por parte desta comissão de licitação, agindo de acordo com os mandamentos legais, devendo ser **retirada/expurgado o texto/exigência contida no Edital [EXIGIDOS PELO CONTRAN E PELA “LEI FERRARI”] e que remetem restringir apenas a participação de concessionárias e montadoras, o que não pode ser aceito, tratando-se de direcionamento.**

O veículo transformado ambulância, reitera-se, mantém a garantia de fábrica, sendo que vai ser licenciado, registrado e primeiro emplacamento realizado diretamente ao Município, sendo que a legislação aplicável é a **Lei 9.503/97 (CTB), artigos 103, 120 e 122, as Resoluções CONTRAN 291 e 292 e, ainda, a Portaria 190/09 do Denatran**, não sendo aplicáveis a **Lei Federal nº 6.729/79** e nem a Deliberação do CONTRAN 64/2008, **conforme exigido no Edital.**

As justificativas do Município não podem ser aceitas, **haja vista que nem mesmo a Lei Federal n.º 6.729/1979 e nem Deliberação do CONTRAN n.º 64, de 30 de maio de 2008, são aplicáveis às empresas transformadoras/adaptadoras de ambulâncias. As empresas fabricantes/transformadoras e os veículos ambulâncias devem atender as exigências contidas na Lei 9.503/97, artigo 103, 120 e 122 (Código Nacional de Trânsito), bem como as Portarias 190/09, 160/17, ambas do DENATRAN, as resoluções 291 e 292, do CONTRAN e a Portaria 142, do Inmetro.**

A Deliberação do CONTRAN n.º 64, de 30 de maio de 2008, disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e 231-X, do Código de Trânsito Brasileiro. Referendada pela Resolução 290/08, sendo que a legislação aplicável aos veículos transformados em ambulância é outra. Os veículos transformados ambulância, como dito, devem atender a Lei 9.503/97, artigo 103, 120 e 122 (Código Nacional de Trânsito), bem como as Portarias 190/09, 160/17, ambas do DENATRAN, as resoluções 291 e 292, do CONTRAN e a Portaria 142, do Inmetro.

É sabido que os **veículos transformados ambulâncias**, como já dito, adquirem um **novo Renavan**, de tal forma que o **primeiro emplacamento será formalizando em nome**

do Município adquirente, SENDO QUE as exigências contidas no Edital não são argumentos aplicáveis à veículos transformados em ambulância, sendo as justificativas equivocadas, pois restringem, sim, a participação no processo licitatório de apenas empresas montadoras, distribuidores e concessionárias, o que não pode ser aceito.

Verifica-se, que a empresa requerente, bem como as demais empresas transformadoras/adaptadoras de veículos ambulância, atendem a todas as exigências para realização do primeiro registro, licenciamento dos veículos ambulância e emplacamento diretamente em nome do adquirente, ou seja, em nome das prefeituras ou dos demais entes administrativos ou clientes, tratando-se, sim, de veículo novo (zero quilômetro). Inclusive, as empresas transformadoras/adaptadoras são as empresas que produzem os veículos ambulância de excelência/qualidade, já que realizam a transformação dos veículos originais de fábrica em ambulâncias.

O Código de Defesa do Consumidor, ainda, estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia do produto ou serviço, conforme Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, *in verbis*:

“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores. (grifo nosso).

E ainda, o artigo 24, que vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com o fabricante:

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Outrossim, para esclarecimento, a operação de compra do veículo direto da fábrica (montadora) pela empresa transformadora, termina por enquadrar a requerente e demais transformadoras no artigo 15, da referida Lei Ferrari. Todavia, cabe enfatizar que a legislação pertinente e a ser aplicada para os veículos transformados em ambulância redundam e são inerentes, como já dito, no **Código Nacional de Transito (artigo 122)**, bem como nas **Portarias 190/09, 160/17, ambas do DENATRAN, Resoluções 291 e 292 e, ainda, a Portaria 142, do Inmetro.**

E, ainda, a tudo que já foi exposto e a fim de esclarecimento, tem-se o que estabelece o artigo 15, inciso I, letra “b”, da Lei Ferrari, não restringe a participação de empresas transformadoras nos processos licitatórios. Eis:

Art. 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

I- independentemente da atuação ou pedido do concessionário: (...)

b) a outros compradores especiais, nos limites que forem previamente ajustados com sua rede de distribuição;

Observa-se, que a Lei Ferrari, veda, em seu artigo 12, a venda de veículos por Concessionárias, para fins de revenda:

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

Resta, evidente que não pode a concessionária efetuar vendas para fins de revenda. Porém, a fabricante/montadora (concedente), efetua vendas diretas a outros compradores especiais, independente da atuação ou pedido de uma concessionária, conforme estabelece o artigo 15º, inciso I, alínea “b”.

Portanto, é totalmente transparente que não há qualquer ilegalidade neste tipo de negociação, sendo as exigências do Edital equivocadas, já que o **veículo transformado em ambulância terá seu primeiro emplacamento, licenciamento e registro em nome da Administração Pública**, tratando-se de veículo novo/zero Km.

A empresa requerente e demais empresas transformadoras adquirem os veículos diretamente, como dito, da montadora, na qual são transformados em ambulância, cujo primeiro emplacamento/registro é feito em nome do cliente/município, tratando-se, sim, de veículo novo/zero quilômetro, mantidas a garantia de fábrica pela montadora, bem como a garantia da transformação pela empresa transformadora, existindo ampla rede para assistência técnica, a fim de **realizar-se manutenções e fornecimento de garantia**, sendo que a justificativa/exigência do Município restringe, sim, a participação no processo licitatório de apenas concessionárias e/ou fabricantes

A exigência, ora, impugnada, não pode ser impeditivo para que Empresas Transformadoras e/ou suas representantes venham participar do licitame, conforme resta claro através das fundamentações exaradas e dos documentos anexos que instruem a presente impugnação.

Assim, sendo, faz-se necessário que a administração pública municipal venha rever tais exigências, extirpando-as do Edital, ora, impugnado, a fim de proporcionar que empresas transformadoras/adaptadoras e suas representantes também possam participar do Licitame e, conseqüentemente, possibilitando uma maior concorrência e uma melhor oferta ao Município, sem perca de qualidade, excelência ou garantia, tratando-se **de veículos novos (zero km), inclusive, cuja garantia do veículo é mantida conforme o manual do fabricante e a garantia da transformação pela empresa transformadora, sendo que o primeiro emplacamento e registro será realizado ao Município adquirente.**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

I – PEDE-SE: Capacidade/volume não inferior a 7 metros cúbicos no total [...] Altura interna mínima do salão de atendimento 1.540 mm.

I – IMPUGNA/SUGERE-SE: alterar texto para **Capacidade/volume não inferior a 6,6 metros cúbicos no total [...] Altura interna mínima do salão de atendimento 1.397 mm.**

A alteração aqui sugerida é de diferença mínima ao previamente estipulado por edital e não acarreta prejuízo ao objeto deste certame, uma vez que se trata somente de

BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

tecnologias diferentes. A sugestão é oportuna vez que amplia a concorrência, propiciando que mais veículos, marcas e transformados estejam enquadrados no descritivo, oportunizando um melhor preço e veículo a ser entregue à Prefeitura. Após a alteração, furgões como Citroen Jumpy, Peugeot Expert e Iveco Daily City, estarão possibilitados de participar do processo licitatório. Ademais, evita-se que haja uma desclassificação em virtude do Princípio da Vinculação ao Edital.

Para melhor convencimento, segue comparativo de um veículo exigido pelo edital e um veículo possibilitado de participar após a alteração:

Modelo que atende (Fiat Ducato):



Modelo que poderia participar após alteração (Peugeot Expert):



BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ 18.093.163/0001-21

II – PEDE-SE: P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist.. de Ar condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561.

II – IMPUGNA/SUGERE-SE: Alterar o texto para **P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido um sist. de Ar condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561.**

A alteração/sugestão é pertinente, haja vista que é necessário o ar condicionado, na cabine do motorista ser original de fábrica. Todavia, ocorre que os veículos ambulâncias, por tratar-se de carros transformados, o ar condicionado no compartimento do paciente/transformação versa de uma derivação, sendo a instalação do ar condicionado promovida com homologação da empresa de ar condicionado para fazer a instalação. A alteração é pertinente, pois adequa os veículos ao que existe no mercado e evita qualquer desclassificação em razão do princípio de vinculação ao Edital.

Certos de que seremos atendidos em nossa solicitação, aproveitamos o momento para reiterar nossos votos de estima e consideração, colocando-nos a disposição para atender futuras dúvidas e solicitações.

Atenciosamente,

Marialva, 03 de maio de 2021.



BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

FRANK SIELD SIDINEY BELLAN

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF: 054.975.109-22

RG: 9.551.829-0